ATAS

ATA Nº 2

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

SELHO S. CRISTÓVÃO

CONCELHO DE GUIMARÃES

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia de Freguesia em sessão ordinária, em conformidade com o previsto no artigo 57.º do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, nas instalações da junta de freguesia, sitas na Rua de S. João N.º 787, Selho S. Cristóvão, 4835-288 Guimarães. A sessão foi presidida por Sandra Cristina Sampaio Ribeiro e secretariado por Mário José Garcia de Almeida e Maria do Sameiro Lemos da Cunha Teixeira. Estiveram presentes os seguintes membros: eleitos pela coligação PSD/CDS-PP Sandra Cristina Sampaio Ribeiro, Mário José Garcia de Almeida, Maria do Sameiro Lemos da Cunha Teixeira, Filipa Daniela Gomes Félix e Sandra Filipa Oliveira Lemos e eleitos pelo partido socialista Hélia Sofia Machado Fernandes, Ana Raquel Gonçalves Pereira, Cristiana Maria Ribeiro Abreu e Ana Sílvia Faria Leite. Pelas 21h15 a Assembleia iniciou os seus trabalhos.

Antes de se iniciar aos pontos previstos na ordem de trabalho, foi proposto pela presidente da assembleia, a tomada de posse das deputadas ausentes na assembleia de instalação dos órgãos de assembleia de freguesia, conforme previsto no ponto dois da ordem dos trabalhos. Deste modo, após ser verificada a identidade e legitimidade dos eleitos, procedeu-se à tomada de posse das deputadas Hélia Sofia Machado Fernandes e Cristiana Maria Ribeiro Abreu, sendo empossadas por unanimidade.

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia

Intervenções: Marta Oliveira, presidente da Junta de Freguesia.

O executivo usou da palavra para prestar dois esclarecimentos à Assembleia, no âmbito dos assuntos tratados no período antes da ordem do dia. Relativamente ao primeiro esclarecimento, informou que não foi possível cumprir o prazo estabelecido no Regimento da Assembleia de Freguesia para a disponibilização prévia da documentação, em virtude de a mesma apenas ter sido disponibilizada em data posterior pelo contabilista, designadamente o documento relativo ao mapa de alterações do orçamento e aplicação do saldo de gerência. Quanto ao segundo esclarecimento, referiu que a tomada de posse do novo executivo ocorreu em 27 de outubro, não tendo, até essa data, sido formalmente concluído o processo de transição de contas para o novo executivo. Acrescentou que, apesar das diligências efetuadas e da insistência reiterada do novo executivo no sentido de obter a prestação de contas, bem como a entrega da ata de transição e da respetiva documentação contabilística, tais elementos apenas foram disponibilizados no dia 12 de novembro. O referido atraso na entrega da documentação necessária condicionou e retardou o início efetivo dos trabalhos por parte do novo executivo.

ATAS

Ponto 2 - Realizado antes da ordem de trabalhos, conforme solicitação da Presidente da Assembleia.

Ponto 3 - Alteração do objeto, sobre apoio municipal atribuído em 2025

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao executivo para prestar os esclarecimentos relativos a este ponto. O executivo informou que havia sido anteriormente aprovado, pelo anterior executivo, no âmbito de um apoio financeiro concedido pelo Município, um investimento destinado à delimitação da área do Parque de Cardido, através da construção de um muro, no montante de 5.968,06 € (cinco mil novecentos e sessenta e oito euros e seis cêntimos). Contudo, atendendo à situação de carácter urgente relacionada com a necessidade de construção de novas sepulturas no cemitério da freguesia, o executivo deliberou solicitar ao Município a alteração do objeto do referido apoio, de modo que a verba inicialmente afeta à construção do muro no Parque de Cardido fosse redirecionada para a construção de novas sepulturas. Foi ainda esclarecido que, com vista à preparação do respetivo procedimento de contratação, já foram realizadas duas consultas preliminares ao mercado, mediante solicitação de orçamentos a diversos operadores económicos. A primeira consulta incidiu sobre a construção de sepulturas em betã, no entanto, face aos valores elevados apresentados, foi promovida uma segunda consulta preliminar, desta feita para a construção de sepulturas sem recurso a betão, encontrando-se ainda a decorrer o prazo para apresentação de propostas por parte dos operadores económicos. Até à presente data, o orçamento de menor valor apurado ascende a 9.220,00 € (nove mil duzentos e vinte euros).

Ponto 4 - Pedido de prorrogação de prazos da delegação de Competências atribuídas em 2025 (aquisição de ar condicionado para a Escola EB1 de Selho S. Cristóvão; Aquisição de bar de apoio para o parque de Selho e a aquisição de Parque Infantil).

Relativamente ao ponto 4, o executivo esclareceu que, após a tomada de posse, o novo executivo procedeu à análise das delegações de competências atribuídas pelo Município, cujo cumprimento se encontrava calendarizado, de forma obrigatória, até 31 de dezembro de 2025. No âmbito dessa análise, foram identificadas as seguintes intervenções e respetivas verbas associadas: a aquisição e instalação de equipamento de ar condicionado para a Escola EB1 de Selho S. Cristóvão, a aquisição de um bar de apoio para o parque de lazer e a aquisição de um parque infantil. Não obstante, atendendo ao reduzido prazo existente até ao final do ano para a tramitação e conclusão dos respetivos procedimentos de contratação pública, o executivo deliberou solicitar ao Município a prorrogação do prazo das referidas delegações de competências até 31 de dezembro de 2026. Foi ainda esclarecido que, no que respeita à aquisição do bar de apoio e do parque infantil, o anterior executivo se havia limitado à solicitação de orçamentos, não tendo sido iniciado qualquer procedimento de contratação pública. Quanto à aquisição e instalação do sistema de ar condicionado, o anterior executivo havia dado início a um procedimento de contratação pública, o qual se encontrava, à data da tomada de posse, em fase de adjudicação. Todavia, após análise do referido procedimento, o novo executivo verificou a existência de diversas irregularidades e nulidades, designadamente a inexistência de cabimento orçamental, em violação das normas aplicáveis e do disposto no Código dos Contratos Públicos, bem como outras insuficiências formais e procedimentais. Face a tais irregularidades, o executivo entendeu não dar continuidade a um procedimento considerado juridicamente deficitário, tendo deliberado a sua revogação e o lançamento de um novo procedimento por consulta prévia, o qual culminou com a celebração do contrato em 19 de dezembro de 2025. Foi ainda referido que o equipamento se encontra em fase de instalação, prevendo-se a sua conclusão no início do ano de 2026. No âmbito da discussão deste

ponto, a Deputada Hélia Fernandes solicitou esclarecimentos adicionais ao executivo, nomeadamente quanto às irregularidades detetadas no procedimento de contratação do sistema de ar condicionado, atendendo a que o mesmo se encontrava a ser assessorado por uma empresa certificada em contratação pública. Em resposta, o executivo esclareceu que solicitou à referida empresa a totalidade da documentação do procedimento, tendo-lhe sido apenas remetidos os comprovativos das publicações no portal BaseGov. Da análise efetuada resultou a identificação de várias irregularidades, nomeadamente a inexistência de decisão de contratar, a falta de cabimentação da despesa, a inexistência das peças do procedimento e a ausência de prova do envio dos convites às entidades consultadas. Colocado à votação, este ponto foi aprovado por maioria, com quatro abstenções dos deputados eleitos pelo partido socialista.

Ponto 5 - Plano e orçamento 2026 e Plano Plurianual

A Presidente da Assembleia propôs a apreciação e votação conjunta dos pontos 5, 6 e 7 da ordem de trabalhos. Não tendo sido manifestada qualquer oposição por parte dos membros da Assembleia, foi aprovada a votação conjunta, tendo sido de seguida concedida a palavra ao executivo para prestar os esclarecimentos considerados necessários. Relativamente ao ponto 5, a Presidente da Junta esclareceu que o Plano e Orçamento para o ano de 2026, bem como o Plano Plurianual, foram elaborados tendo por base a previsão de receita e despesa do exercício de 2025, assentando em princípios de sustentabilidade financeira e equilíbrio orçamental. Referiu ainda que os referidos instrumentos preveem a abertura de rubricas destinadas à concretização de projetos considerados prioritários para a freguesia, designadamente a construção de uma bancada no campo de jogos e a ampliação do cemitério. No que respeita às novas atividades propostas, destacou o projeto "Saúde Mais Perto", que visa a implementação de rastreios mensais e ações de acompanhamento da saúde da população, a continuidade das medidas de apoio a famílias carenciadas, bem como a criação do projeto "Bebé Bem-Vindo", dirigido a recém-nascidos. Referiu igualmente a intenção de reforçar a realização de iniciativas promotoras da participação e envolvência da comunidade local, nomeadamente a celebração do Dia da Freguesia e a realização dos Mercados da Primavera e de Natal. O executivo salientou ainda a importância da concretização de ações integradas no âmbito da iniciativa "Guimarães - Capital Verde Europeia", a desenvolver em colaboração com a Brigada Verde. Por último, reiterou que as obras consideradas prioritárias pelo executivo são a ampliação do cemitério e a construção da bancada no campo de jogos. No âmbito da discussão deste ponto, a Deputada Hélia Fernandes solicitou esclarecimentos adicionais ao executivo, designadamente:

- no domínio da ação social e da saúde, quanto ao eventual reforço das respostas sociais dirigidas à população mais vulnerável, questionando se está previsto algum mapeamento ou diagnóstico social da freguesia que permita orientar tais apoios;
- relativamente à gestão administrativa, transparência e modernização administrativa, questionou se está prevista a criação de um portal online, aplicação móvel ou outra ferramenta digital que facilite o contacto entre os cidadãos e a Junta de Freguesia;
- quanto aos investimentos municipais, solicitou esclarecimentos sobre a existência de prazos definidos pelo Município para o financiamento da construção da bancada, bem como sobre os constrangimentos verificados no pagamento da fatura relativa ao projeto da referida obra, atendendo às diligências efetuadas pelo anterior executivo;
- no que respeita ao cemitério, questionou sobre as fases dos procedimentos, considerando existir alguma sobreposição na respetiva descrição constante do plano de atividades;
- relativamente à aquisição de um parque infantil, solicitou esclarecimentos quanto à fase atual do procedimento, atendendo a que o anterior executivo já havia solicitado orçamentos,

bem como quanto ao fornecedor e à localização prevista;

- por último, solicitou esclarecimentos adicionais quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, nomeadamente no que respeita à eventual afetação de uma verba de 50.000,00 € para novos projetos.

Em resposta, o executivo esclareceu que qualquer ação de cariz solidário será sempre precedida de uma análise cuidada e fundamentada das carências existentes na freguesia, por forma a garantir a adequação e eficácia das respostas sociais a implementar. Relativamente à modernização administrativa, referiu que, atendendo à elevada percentagem de população envelhecida, será efetuada uma análise prévia quanto à pertinência e utilidade do investimento em meios digitais, sendo que, caso se justifique, serão implementadas medidas nesse sentido. No que respeita aos prazos e ao financiamento municipal, informou que já foram realizadas reuniões com o Presidente da Câmara Municipal, tendo sido reiterado que a construção da bancada do campo de jogos e a ampliação do cemitério constituem prioridades, prevendo-se que ambas as intervenções sejam submetidas à aprovação da Assembleia Municipal ainda durante o presente ano. Quanto à fatura relativa ao projeto da bancada, esclareceu que a mesma foi emitida de forma única, não respeitando o modelo previsto na delegação de competências atribuída pelo Município, a qual determina a faturação em quatro fases, encontrando-se os serviços financeiros a diligenciar no sentido de regularizar a situação, através dos trâmites legais aplicáveis. Relativamente ao cemitério, esclareceu que o procedimento de contratação se desenvolve em três fases distintas: a contratação dos serviços de elaboração do projeto de especialidades, a contratação da empreitada e a contratação da fiscalização da obra, tendo o atual executivo já iniciado as diligências necessárias para a consulta preliminar ao mercado com vista à aquisição dos serviços de elaboração do projeto. Na sequência destes esclarecimentos, a Deputada Hélia Fernandes solicitou novo esclarecimento quanto à construção de novas sepulturas e respetiva localização, tendo o executivo informado que foi realizada uma visita técnica ao local, com a presença de vários empreiteiros, os quais analisaram o espaço disponível e apresentaram propostas orçamentais, tendo sido definido que a construção das novas sepulturas será efetuada na parte superior do cemitério, na lateral e na zona traseira, junto ao muro confinante com a área destinada à futura ampliação. Por último, relativamente ao parque infantil, o executivo esclareceu que foi solicitado parecer ao Departamento de Urbanismo relativamente à delimitação entre domínio público e domínio privado, sendo que, após a respetiva resposta, será definida a localização definitiva, existindo como opção preferencial a sua relocalização para junto do parque de lazer. Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos e à eventual verba de 50.000,00 € afeta a novos projetos, referiu que tal montante não se encontra expressamente identificado no documento, mas que, a existir, corresponderá a uma rubrica genérica destinada a acomodar eventuais necessidades ou projetos a desenvolver ao longo do ano.

Ponto 6 - Aprovação da tabela de taxas e licenças

Relativamente ao ponto 6, o executivo esclareceu que as taxas e licenças previstas no orçamento correspondem às que se encontram atualmente em vigor, aprovadas pelo anterior executivo, por razões de natureza formal e procedimental. Esclareceu ainda que qualquer alteração às referidas taxas e licenças implica, nos termos legais e regulamentares aplicáveis, a abertura de um período de discussão pública pelo prazo mínimo de 30 dias, não tendo sido ainda possível a este executivo elaborar uma nova proposta de regulamento e submetê-la a discussão pública. Após a conclusão desse procedimento, o executivo comprometeu-se a submeter a nova tabela de taxas e licenças à apreciação e aprovação desta Assembleia. No âmbito da discussão deste ponto, a Deputada Hélia Fernandes questionou a manutenção da atribuição de um subsídio ao grupo desportivo, no

montante de 1.000,00 € (mil euros), atribuído em espécie. Em resposta, o executivo esclareceu que o referido subsídio será objeto de revisão, sendo qualquer eventual alteração oportunamente submetida à apreciação e aprovação da Assembleia de Freguesia.

Ponto 7- Aprovação do mapa de pessoal

O executivo esclareceu que o mapa de pessoal é um documento obrigatório do orçamento existindo uma administrativa técnica no quadro de pessoal desta junta de freguesia. Colocados à votação, os pontos 5, 6 e 7 foram aprovados por maioria, com quatro abstenções dos deputados eleitos pelo partido socialista.

Ponto 8- Aprovação da autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais

O executivo esclareceu a assembleia o objeto deste ponto. Colocado à votação, este ponto foi aprovado por maioria, com quatro abstenções dos deputados eleitos pelo partido socialista.

Ponto 9- Alteração/Revisão Orçamental 2025

executivo esclareceu a assembleia o objeto deste ponto. Colocado à votação, este ponto foi aprovado por maioria, com quatro abstenções dos deputados eleitos pelo partido socialista.

Ponto 10- Atividade do 4º trimestre

Foi partilhado um documento com a atividade do executivo desde a tomada de posse deste novo executivo. O executivo esteve a explanar a atividade e todas as ações promovidas.

Ponto 11- outros assuntos

Intervenções: Hélia Fernandes, deputada do partido socialista que questionou sobre a entrega dos cabazes de natal e as famílias abrangidas. O executivo prestou os esclarecimentos solicitados.

Ponto 12- Aprovação da ata em minuta

No que se refere ao ponto 12 –foi o mesmo aprovado por maioria com duas abstenções.

Terminada a sessão, foi lavrada a presenta ata, que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia de Freguesia, Sandra Cristina Sampaio Ribeiro, e pelos primeiro e segundo secretários da Assembleia, Mário José Garcia de Almeida e Maria do Sameiro Lemos da Cunha Teixeira

A Presidente da Assembleia de Freguesia: Sandra Cristina Sampaio Ribeiro

(Sandra Cristina Sampaio Ribeiro)

O 1º Secretário da Assembleia de Freguesia: Mário José Garcia Almeida

(Mário José Garcia de Almeida)

A 2º Secretária da Assembleia de Freguesia: Maria do Sameiro Lemos da Cunha Teixeira

(Maria do Sameiro Lemos da Cunha Teixeira)